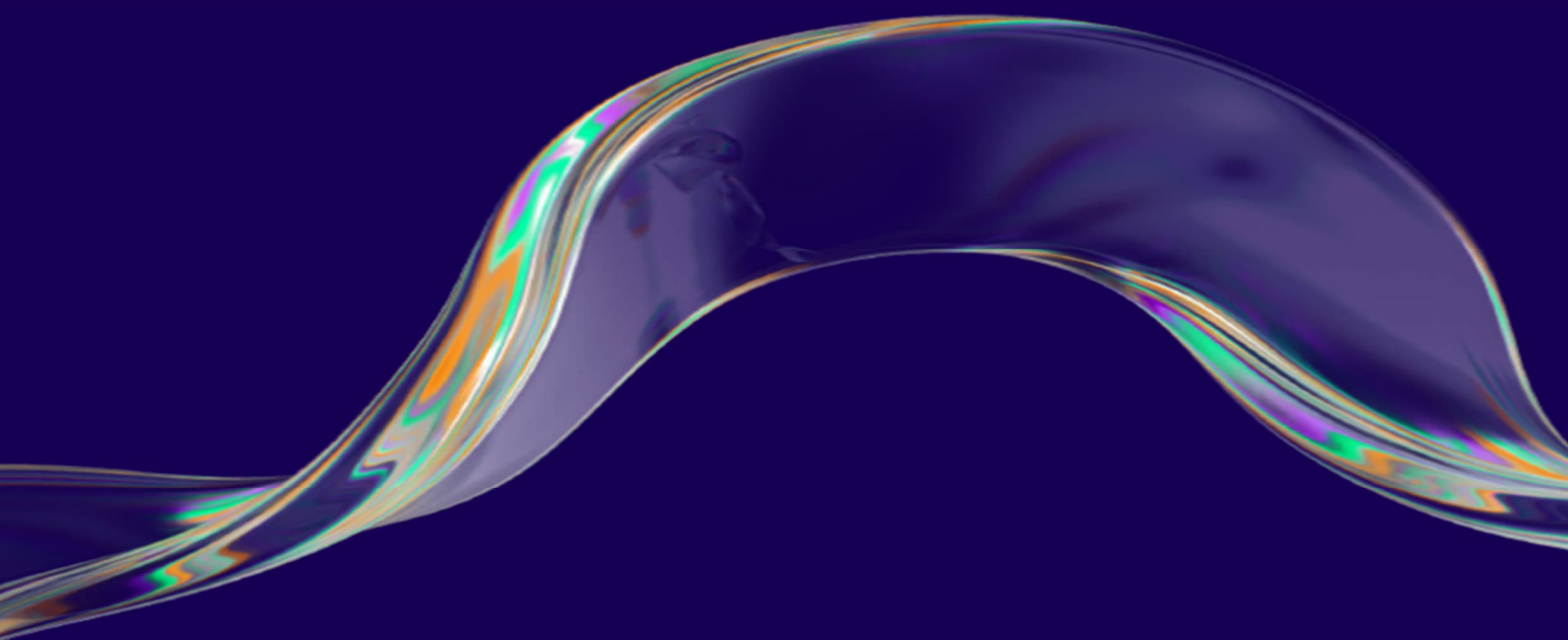


CESP Comercializadora de Energia S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025 e relatório dos auditores
independentes

Índice

Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Balço patrimonial.....	8
Demonstração das mutaões do patrimnio líquido.....	9

Notas explicativas da Administraão às demonstraões financeiras

1	Consideraões gerais.....	10
2	Apresentaão das demonstraões financeiras e resumo das prticas contábeis	11
3	Novas normas, alteraões e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	12
5	Receita.....	13
6	Custos e despesas.....	14
7	Resultado financeiro líquido.....	14
8	Caixa e equivalentes de caixa	14
9	Aplicaões financeiras.....	15
10	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	15
11	Contas a receber de clientes	15
12	Tributos a recuperar	16
13	Imposto de renda e contribuão social diferidos.....	16
14	Depósitos judiciais	18
15	Fornecedores.....	18
16	Partes relacionadas.....	18
17	Patrimnio líquido	19
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
CESP Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da CESP Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

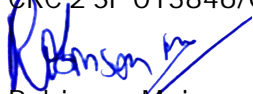
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

CESP Comercializadora de Energia S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	855.694	781.887
Custo com energia elétrica	6	(826.080)	(793.001)
Lucro (prejuízo) bruto		29.614	(11.114)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(1.578)	(2.580)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	-	(47)
		(1.578)	(2.627)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		28.036	(13.741)
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		11.499	9.849
Despesas financeiras		(28)	(9)
		11.471	9.840
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		39.507	(3.901)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(11.737)	-
Diferidos		(1.473)	1.318
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		26.297	(2.583)

CESP Comercializadora de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	26.297	(2.583)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>26.297</u>	<u>(2.583)</u>

CESP Comercializadora de Energia S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		39.507	(3.901)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		(207)	-
Depreciação e amortização	6	77	77
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	14	(55)	(44)
		<u>39.322</u>	<u>(3.868)</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(14.820)	(28.789)
Tributos a recuperar		2.935	(5.144)
Demais créditos e outros ativos		12	(2)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(5.084)	46.900
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(413)	(754)
Tributos a recolher		(2.794)	(1.054)
Demais obrigações e outros passivos		(225)	795
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		<u>18.933</u>	<u>8.084</u>
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(7.981)	(11.021)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>10.952</u>	<u>(2.937)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(9.986)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(9.986)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		-	(3.167)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>(3.167)</u>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		<u>966</u>	<u>(6.104)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>82.968</u>	<u>89.072</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>83.934</u>	<u>82.968</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CESP Comercializadora de Energia S.A.
 Balanço Patrimonial
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	83.934	82.968
Aplicações financeiras	9	10.193	-
Contas a receber de clientes	11	83.888	69.068
Tributos a recuperar	12	15.019	17.989
Outros ativos		10	20
		<u>193.044</u>	<u>170.045</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	728	673
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	56	1.530
Tributos a recuperar	12	35	-
		<u>819</u>	<u>2.203</u>
Intangível			
		109	187
		<u>928</u>	<u>2.390</u>
Total do ativo		<u><u>193.972</u></u>	<u><u>172.435</u></u>
	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	15	78.963	84.047
Obrigações estimadas e folha de pagamento		287	700
Tributos a recolher		982	20
Dividendos a pagar	16	6.246	-
Outros passivos		35	260
Total do passivo		<u>86.513</u>	<u>85.027</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17	62.158	62.158
Reservas de lucros		45.301	25.250
Total do patrimônio líquido		<u>107.459</u>	<u>87.408</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>193.972</u></u>	<u><u>172.435</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CESP Comercializadora de Energia S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de investimentos	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2024		62.158	-	1.824	26.009	-	89.991
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(2.583)	(2.583)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(2.583)	(2.583)
Destinação do resultado do exercício							
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	(2.583)	2.583	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	(2.583)	2.583	-
Em 31 de dezembro de 2024		62.158	-	1.824	23.426	-	87.408
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.297	26.297
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	26.297	26.297
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva estatutária de investimento	17.2	-	18.737	-	-	(18.737)	-
Constituição de reserva legal	17.2	-	-	1.314	-	(1.314)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.2	-	-	-	-	(6.246)	(6.246)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	18.737	1.314	-	(26.297)	(6.246)
Em 31 de dezembro de 2025		62.158	18.737	3.138	23.426	-	107.459

1 Considerações gerais

A CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, constituída em maio de 2019.

A Companhia é controlada direta da CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Controladora") e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia tem por objetivo a comercialização de energia elétrica, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ("CCEE"), a fim de promover uma gestão otimizada do balanço energético do portfólio de geração de energia elétrica da Auren.

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração solar:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, condicionada à definição de critérios pelo Poder Concedente.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regulamentação do armazenamento de energia elétrica:

A lei introduz diretrizes para regulamentação dos sistemas de armazenamento, incluindo baterias e outras tecnologias, além de prever incentivos ao seu desenvolvimento.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

A prorrogação pode ser antecipada em até 5 anos, com vigência imediata.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")), (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas, as quais estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do "own use" para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza "hedge accounting" para certos PPAs que não atendam a exceção de "own use".	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> ("ISSB") – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma Tributária Brasileira

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 01º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
13	Imposto de renda e contribuição social diferidos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados no ambiente livre de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Partes relacionadas: Referem-se à venda de energia no ACL, provenientes do lastro (garantia física) das geradoras partes relacionadas. Essas transações são enquadradas na *own use exemption* prevista no CPC 48 e, portanto, não são marcadas a mercado. Assim, os contratos são mensurados pelo valor contratado, com reconhecimento da receita conforme a entrega da energia.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Nota	2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	16	885.358	857.571
Energia de curto prazo – CCEE		57.556	4.012
		942.914	861.583
Outras receitas			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(87.220)	(79.696)
		(87.220)	(79.696)
Receita líquida		855.694	781.887

6 Custos e despesas

			2025	2024
	Custo com energia elétrica	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(826.080)	-	(826.080)	(793.001)
Depreciação e amortização	-	(77)	(77)	(77)
Pessoal	-	(1.050)	(1.050)	(2.271)
Pessoal	-	(1.050)	(1.050)	(2.271)
Serviços	-	(47)	(47)	(72)
Serviços de terceiros	-	(47)	(47)	(72)
Outros	-	(404)	(404)	(160)
Impostos, taxas e contribuições	-	(18)	(18)	(10)
Outros custos e despesas líquidas	-	(386)	(386)	(150)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(47)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(47)
	<u>(826.080)</u>	<u>(1.578)</u>	<u>(827.658)</u>	<u>(795.628)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		10.286	10.283
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	14	55	44
Juros sobre ativos financeiros		1.716	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(558)	(478)
		<u>11.499</u>	<u>9.849</u>
Despesas financeiras			
Outras despesas financeiras		(28)	(9)
		<u>(28)</u>	<u>(9)</u>
		<u>11.471</u>	<u>9.840</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,57% do CDI (91,35% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	171	167
	<u>171</u>	<u>167</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	46.792	27.368
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	36.971	55.433
	<u>83.763</u>	<u>82.801</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>83.934</u>	<u>82.968</u>

- (i) As quotas de fundo de investimento referem-se, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 100,00% do CDI. (91,35% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	10.193	-
	10.193	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras:

	2025	Rating local 2024
AAA	94.127	82.968
	94.127	82.968

Os *ratings* foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento de até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Contratos bilaterais	14.586	-
Partes relacionadas (Nota 16)	66.988	69.068
Energia de curto prazo - CCEE	2.314	-
	<u>83.888</u>	<u>69.068</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	83.888	69.068
	<u>83.888</u>	<u>69.068</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui saldos cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma nenhuma provisão para perdas com tais recebíveis foi constituída.

12 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

(a) Composição

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social corrente	14.649	12.905
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	154	3.310
Imposto de renda retido na fonte	184	1.048
Programa de Integração Social - PIS	67	726
	<u>15.054</u>	<u>17.989</u>

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral, são apresentados em separado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

13.1 Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2025 sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos.

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Prejuízos fiscais e base negativa	-	1.346
PPR - Provisão de participação no Resultado	50	159
Outras provisões	6	25
	<u>56</u>	<u>1.530</u>
Total de ativo diferido	<u>56</u>	<u>1.530</u>

13.2 Realização estimada do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Um julgamento significativo da Diretoria é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre provisão de participação no resultado e outras provisões em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 56 é de um ano, ou seja, se realiza em 2026.

13.3 Efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.507	(3.901)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(13.432)	1.326
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	222	(8)
	<u>222</u>	<u>(8)</u>
IRPJ e CSLL apurados	<u>(13.210)</u>	<u>1.318</u>
Correntes	(11.737)	-
Diferidos	(1.473)	1.318
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(13.210)</u>	<u>1.318</u>
Taxa efetiva - %	33,44%	33,79%

14 Depósitos judiciais

Política contábil

Referem-se a garantias prestadas, vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelo seu valor histórico acrescido de atualização monetária.

		Tributárias
	2025	2024
Saldo no início do exercício	673	629
Atualizações monetárias	55	44
Saldo no final do exercício	<u>728</u>	<u>673</u>

15 Fornecedores

		2025	2024
Energia comprada para revenda		20.843	72
Fornecedores de materiais e serviços		-	1.392
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	16	58.120	82.583
		<u>78.963</u>	<u>84.047</u>

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras		Resultado financeiro	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 11 (a))										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	66.988	67.563	-	-	886.863	856.066	-	-	-	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	813	-	-	(813)	813	-	-	-	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	-	692	-	-	(692)	692	-	-	-	-
	<u>66.988</u>	<u>69.068</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>885.358</u>	<u>857.571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos a Receber										
Títulos a Pagar										
Fornecedores - serviços										
Votorantim S.A.	-	-	(7)	-	-	-	-	(8)	-	-
Fornecedores - compra de energia										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	7.558	-	-	(80.001)	(100.440)	-	-
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.	-	-	31	29	-	-	(278)	(267)	-	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	-	-	177	169	-	-	(1.595)	(1.527)	-	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	-	-	49	47	-	-	(439)	(420)	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	-	-	286	273	-	-	(2.583)	(2.474)	-	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	234	223	-	-	(2.106)	(2.017)	-	-
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	-	-	-	278	-	-	252	(252)	-	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	145	2.745	-	-	(1.578)	(24.914)	-	-
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	-	-	-	456	-	-	414	(414)	-	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	-	-	-	308	-	-	280	(280)	-	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	-	-	-	292	-	-	265	(265)	-	-
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	-	-	-	404	-	-	367	(367)	-	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	-	-	-	295	-	-	268	(268)	-	-
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	739	832	-	-	(7.948)	(7.802)	-	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	-	-	-	216	-	-	196	(196)	-	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	-	-	217	2.163	-	-	(2.367)	(19.627)	-	-
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	1.984	1.910	-	-	(18.847)	(18.899)	-	-
Jaiba C Energias Renováveis S.A.	-	-	590	-	-	-	(5.146)	-	-	-
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.949	-	-	(1.907)	(6.503)	-	-
Jaiba CN Energias Renováveis S.A.	-	-	589	-	-	-	(5.129)	-	-	-
Jaiba CO Energias Renováveis S.A.	-	-	589	-	-	-	(5.129)	-	-	-
Jaiba CS Energias Renováveis S.A.	-	-	557	-	-	-	(7.485)	-	-	-
Jaiba L1 Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.949	-	-	(14.763)	(6.503)	-	-
Jaiba L2 Energias Renováveis S.A.	-	-	299	-	-	-	(2.614)	-	-	-
Jaiba NE2 Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.949	-	-	(18.197)	(6.145)	-	-
Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.949	-	-	(14.759)	(5.248)	-	-
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.949	-	-	(18.196)	(6.503)	-	-
Jaiba S Energias Renováveis S.A.	-	-	557	-	-	-	(7.484)	-	-	-
Jaiba SE2 Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.941	-	-	(14.759)	(6.482)	-	-
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.942	-	-	(1.907)	(6.503)	-	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	51.084	50.757	-	-	(572.976)	(565.884)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.120</u>	<u>82.583</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(806.151)</u>	<u>(790.208)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar										
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	6.246	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.246</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos a receber										
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.345)	(15.374)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.345)</u>	<u>(15.374)</u>
	<u>66.988</u>	<u>69.068</u>	<u>64.366</u>	<u>82.583</u>	<u>885.358</u>	<u>857.571</u>	<u>(806.151)</u>	<u>(790.208)</u>	<u>(1.345)</u>	<u>(15.374)</u>

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 62.158, composto por 62.157.504 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1, o único acionista da Companhia é a CESP Companhia Energética de São Paulo.

17.2 Reserva de lucros

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	26.297	(2.583)
Absorção de prejuízos acumulados	-	2.583
	26.297	-
Reserva legal - 5% (i)	(1.314)	-
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	24.983	-
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(6.246)	-
(=) Saldo de lucros acumulados	18.737	-
(-) Reserva de investimentos (ii)	(18.737)	-
	-	-

(i) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social;

(ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a reserva de investimentos conforme estatuto da companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco

18.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 9)		83.888	69.068
		83.888	69.068
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	83.763	82.801
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	10.193	-
		93.956	82.801
		177.844	151.869
Passivos			
Ao custo amortizado			
Fornecedores (Nota 15)		78.963	84.047
		78.963	84.047

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

18.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez e (c) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, segue a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos corporativos, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de uma das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores (Nota 15)	78.963	-	-	-	78.963
Dividendos a pagar	6.246	-	-	-	6.246
	<u>85.209</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85.209</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores (Nota 15)	84.047	-	-	-	84.047
	<u>84.047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84.047</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, os quais são emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual é permanentemente monitorado.

(iii) Risco de preço de mercado e volume

A Companhia está exposta a diferentes riscos atrelados diretamente à sua operação de comercializadora de energia, sendo um dos principais o risco caracterizado por variações no preço e quantidade de energia.

Para o controle e gestão dos riscos de mercado inerentes ao negócio, a Companhia estabelece limite de risco a fim de garantir que as perdas potenciais não se tornem prejuízos financeiros.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado para a Companhia tem como objetivo informar as devidas alçadas para tomada de decisão e definição de planos de ação, caso necessário.

18.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado					
			Cenário I			Cenários II & III		
			Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	93.956	-72,92 bps*	(685)	(3.500)	(7.000)	3.500	7.000